

Educação museal e pautas decoloniais: uma relação necessária

Museum education and Decolonial agendas: a necessary relationship

62

Wanessa Pires Lott¹

DOI 10.26512/museologia.v14i27.56027

Resumo

O texto debate a necessária interconexão da Decolonialidade no campo museal, em especial no âmbito da educação em museus. Não obstante o entendimento que na cadeia museal todas as etapas são relacionadas, o foco do artigo se faz na esfera educativa. Acredita-se que, por meio de ações efetivas de educação se faz possível trazer novos e necessários debates para a sociedade, como a decolonização. Este estudo utiliza da metodologia da pesquisa bibliográfica e se divide em dois grandes eixos. No primeiro, o Giro Decolonial toma primazia, para que, na sequência a trajetória das ações educativas nas instituições museais sejam debatidas, tendo como viés as políticas públicas brasileira. À guisa a uma consideração final, afirma-se que, só se faz possível a vivência da nova denominação de museus no Brasil, por meio de uma efetiva decolonização social e neste sentido o contributo das ações educativas nos museus são de fundamental importância.

Palavras-chave

Museu; Museologia; Decolonização; Educação Museal; Políticas Públicas.

Introdução

Decolonizar o pensamento. Decolonizar a museologia. Decolonizar os museus. Estas necessárias mudanças epistemológicas têm como base a ação e o conceito da Decolonialidade, que surgiu no final do século XX por meio dos debates de intelectuais como Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Maria Lugones, dentre outros. Na construção da crítica contundente ao legado colonial e suas implicações na atualidade latino-americana, os debates ultrapassam os limites da teoria e propõem a decolonização das ações. Ou seja, o movimento enfatiza a grande necessidade de criar formas diferenciadas de conhecimento e

Abstract

The text discusses the necessary interconnection of Decoloniality in the museum field, especially in the context of museum education. Notwithstanding the understanding that in the museum chain all stages are related, the focus of the article is on the educational sphere. It is believed that, through effective education actions, it is possible to bring new and necessary debates to society, such as decolonization. To this end, this study uses the methodology of bibliographic research and is divided into two major axes. In the first, the Decolonial Shift/ Turnaround takes precedence, so that, in the sequence, the trajectory of educational actions in museum institutions is debated, with a bias in Brazilian public policies. By way of a final consideration, it is stated that it is only possible to experience the new denomination of museums in Brazil through an effective social decolonization and in this sense the contribution of educational actions in museums is of fundamental importance.

Keywords

Museum; Museology; Decolonization; Museum Education; Public Policies.

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará. Doutora e Licenciada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

de vivência, fomentando transformações nas estruturas coloniais que ainda se apresentam na atualidade. Diferentemente do movimento do ‘pós-colonialismo’, que analisa as consequências do colonialismo e do imperialismo na contemporaneidade, o Giro Decolonial enfatiza a ocupação de espaços e a valorização de heranças culturais que foram silenciadas e apagadas com a colonização.

A afinidade da Museologia com as ações decoloniais se faz valer ao identificarmos que o campo museal vem estabelecendo críticas às base do museu moderno antes mesmo da eclosão do movimento decolonial. Desde o final da década de 1960, na esteira do movimento das reivindicações de Maio de 1968, intelectuais do campo museal tentam ampliar o escopo dos acervos e coleções, que até então voltavam-se majoritariamente para os bens de natureza material que remetem ao poder branco, cristão e elitista. Quando a herança cultural dos ditos marginalizados ou subalternos era exposta, se colocava no lugar do exótico. Assim sendo, se faz pertinente analisar a trajetória da Museologia enquanto ciência, pensamento e ação social, tendo como marco a Mesa de Santiago de 1972, que criou bases para a Museologia Social ou Sociomuseologia. Inicialmente estruturada pelo Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINON), a Museologia Social abre as portas para as várias possibilidade de ação museal que valoriza as heranças culturais de grupos apagados pela colonialidade do poder, do saber e do ser, para usar a estrutura de Quijano (2007).

Diante deste breve exposto, o artigo em questão tem como intuito problematizar a questão da educação museal na atualidade. O debate se direciona para a Decolonialidade, por acreditar que se trata do caminho essencial para a efetiva vivência da nova definição de museus.

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao **serviço da sociedade** que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, **acessíveis e inclusivos**, os museus fomentam a **diversidade** e a sustentabilidade. Com a **participação das comunidades**, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para **educação**, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM, 2022) (destaques da autora).

Os destaques da citação traçam o caminho a ser seguido neste trabalho. Em um primeiro momento, o museu como um território de apresentação das heranças culturais será apresentado na esfera teórica da Museologia Social. Esta procura trazer a acessibilidade, a inclusão e a diversidade por meio da efetiva e afetiva participação das comunidade. No segundo tópico textual, a interconexão entre a Museologia e a Decolonialidade será debatida, e para tal será necessária a apresentação do Giro Decolonial. No terceiro momento, as políticas públicas brasileiras envoltas à questão da educação museal serão tomadas como intuito de apresentar as transformações pertinentes em torno da democratização cultural brasileira. Por fim, retoma-se a nova definição de museus para alinhavar as contribuições do museu como um espaços **educativos, acessíveis e inclusivos a serviço da sociedade**, o qual promovem a **diversidade cultural com participação das comunidades**. Considera-se que a efetiva realização destas propostas se faz possível ao aproximar a Museologia aos preceitos da Decolonialidade.

A Museologia Social: diálogo pertinente com a Decolonialidade

As exigências dos estudantes parisienses em maio de 1968 trouxeram pautas amplas que incluíram críticas aos museus modernos. Em prol de uma maior participação e representatividade nos museus, as reivindicações giraram em torno da revisão de conceitos e de ideias pautados no imperialismo, que por sua vez, reafirmam-se a partir dos velhos mecanismos de dominação.

Tais museus modernos (e coloniais) são elaborados, então, no bojo do sistema de pensamento racionalista do dito Ocidente, no qual as “coisas” materiais são organizadas de modo que possam ser observadas, contadas, pesadas e medidas pelo cientista enciclopedista que tem por finalidade o controle do mundo por meio do controle do saber. Essa Modernidade produzida no bojo de um projeto de dominação imperial não se via desvinculada da produção de conhecimento sobre aqueles a quem se almejava dominar (Brulon, 2020:6).

Indo ao encontro da desestruturação das instituições de memória e cultural tradicionais, o Conselho Internacional de Museus (ICOM)² foi paulatinamente provocando alterações significativas no campo museal. Dentre as várias, destaca-se neste texto: a maior preocupação com a esfera educativa no âmbito da comunicação dos museus, trabalhada no Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus no RJ (1958); o conceito de museu integral construído na Mesa de Santiago do Chile (1972); a inserção de novas tipologias museais apresentadas em Quebec, na declaração ‘Ecomuseus: museologia ativa, aberta ao diálogo’ (1984) e a criação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) datado de 1985.

[A Nova Museologia] possui trajetória proveniente das reflexões iniciadas em Santiago do Chile e do surgimento das experiências dos ecomuseu e da ecomuseologia, atrelada a várias denominações de museus como: museus comunitários, museus de vizinhança, museus sociais, museus inclusivos, ecomuseus, entre outros e está pautada por ambições progressistas de museólogos influenciados por um mundo em constante ebulação e transformação (Pereira, 2018: 89).

Trata-se de um movimento que assume o fragmento e o resíduo como aporte para as reflexões que abarcam a vivência dos processos de musealização, incluído a comunidade de maneira afetiva e efetiva nas práticas que compõem a cadeia museal. Fundado em 1985 durante o II Atelier Internacional de Nova Museologia realizado em Lisboa, o MINOM teve suas bases no I Atelier Internacional – Ecomuseus/Nova Museologia realizado um ano antes em Quebec. Nesta ocasião adotou-se a Declaração de Quebec como referência para o movimento, que por sua vez tem suas origens ideológicas na Declaração de Santiago de 1972. Desta maneira, é assertivo dizer que a Nova Museologia e Museologia Social³ são epistemologias atualizadas continuamente, que se vinculam por trajetórias interligadas e pressupostos comuns. Se pautam na reflexão teórica interdisciplinar, na proposição de museografias alternativas, nas novas

2 O ICOM foi criado em 1946 como uma Organização não-governamental que mantém relações formais com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Se mantém majoritariamente com a anuidade de seus membros e promove regularmente encontros nacionais e internacionais, além de desenvolver publicações de interesse do campo museal

3 Os termos Sociomuseologia e Museologia Social são sinônimos, sendo o primeiro mais utilizado em Portugal e o segundo no Brasil.

formas de comunicação e educação e nas estratégias de salvaguarda conectadas com ampla e real participação social.

Em 1993 é criado o termo Museologia Social, oxigenando as práticas museais da Nova Museologia. Em um rápido entendimento, a Museologia Social se constitui como uma área de abordagem multidisciplinar e interdisciplinaridade de atuação, que se volta para a “articulação da Museologia em particular com as áreas do conhecimento das ciências humanas, dos estudos do desenvolvimento, da ciência de serviço e do planejamento do território” (Moutinho, 2007:01). Neste caminho, constrói-se outras possibilidades de articulação, dando início às experiências de Museologia Cidadã, que tem como base as preocupações educativas no meio museal, bem como a Museologia Participativa e Museologia Comunitária. Ambas se voltam para a curadoria colaborativa, que traz em si os princípios da efetiva participação da comunidade nas ações museais, conforme prevê a nova definição do ICOM.

Não obstante as pertinentes ramificações dos movimentos e conceito, o foco primeiro é manter a Museologia como uma ação social, ou seja, que a Museologia se volte para o diálogo da sociedade com a sua própria realidade, relacionado às memórias e às identidades pelas dimensões museais. Assim sendo, trata-se de travar lutas contra todas as formas de dominação, desenvolvendo teorias que sirvam como mediadoras das ações sociais com vistas a uma transformação emancipatória. Um caminho escolhido são as práticas relacionadas aos movimentos sociais e aos protagonismos locais.

Para tal, as múltiplas formas de Museologia Ativa – iniciadas nos preceitos pedagógicos de Paulo Freire e consolidadas pela Mesa de Santiago (1972) – se voltam para o desenvolvimento das comunidades, por meio de ações criativas e reconhecimento das várias possibilidades de se constituir espaços museais. Indo ao encontro dos estudos de Varine (1979), farta-se da tríade edifício, coleção e público e pauta-se no território, patrimônio e população. Desta maneira, há um progressivo interesse pelas vivências para além da canônica e tradicional Museologia, inaugurada pelos museus modernos. Particularmente no Sul Global, identificam-se possibilidades profícias de práticas surgidas nos contextos de crise, subalternidade, exclusão, marginalização e colonialidade, aproximando assim a Museologia com a Decolonialidade (Pereira, 2018).

A Museologia Decolonial

O Giro Decolonial

As origens do Grupo Modernidade Colonialidade e Decolonialidade (MDC) encontram suas bases nos Estados Unidos em 1992, quando houve a reimpressão do texto de Aníbal Quijano ‘*Colonialidad y modernidad-racionalidad*’. Na esteira deste clássico, um grupo de intelectuais latino-americanos e americanistas que lá viviam fundaram o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, inspirados principalmente no Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos. Em 1998, Santiago Castro-Gómez transformou o documento de Quijano em um manifesto, e a partir de então, a América Latina foi efetivamente inserida no debate pós-colonial com as devidas ressalvas de seu contexto. Os ‘estudos culturais’, ‘estudos subalternos’ e ‘estudos pós-coloniais’ até então vigentes apresentavam suas bases nas heranças imperialistas, sendo necessária a busca de uma categorização crítica do ocidentalismo que tenha seu *locus* na América

Educação museal e pautas decoloniais:
uma relação necessária

Latina. Denuncia-se assim, que estes estudos não realizaram a ruptura adequada com o discurso eurocêntrico. No entanto, as diferenças de tais estudos e a Decolonialidade “não acarretam necessariamente um empecilho à sua articulação”, pois o diálogo teórico,

longe de criar obstáculos a análise da colonialidade, em alguns casos a potencializa, graças à presença e integração de outros instrumentos analíticos e de tradições críticas que podem auxiliar na compreensão de suas dinâmicas (Quintero, Figueira, Elizalde, 2019: 04).

Assim sendo, o debate Decolonial foi sendo paulatinamente estruturado, agregando ao nomes como Edgardo Lander, Arthuro Escobar, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Fernando Coronil, Zulma Palermo, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres, dentre outros. “Muitos desses integrantes já haviam desenvolvido, desde os anos 1970, linhas de pensamento próprias, como é o caso de Dussel e a Filosofia da Libertação, Quijano e a Teoria da Dependência, e Wallerstein e a Teoria do Sistema-Mundo” (Ballestrin, 2013: 98). No entanto, a força conjunta do MCD buscou por uma genealogia do pensamento crítico latino-americano, uma reflexão continuada sobre a realidade cultural e política da região, incluindo o conhecimento dos grupos locais (Escobar, 2005). Neste ponto já encontramos uma proximidade com as proposições da Museologia Ativa, que constrói laços mais próximos com a comunidade ao entorno dos espaços museais.

Dentre as contribuições do pensamento Decolonial, é importante ressaltar a diferenciação entre colonialismo e colonialidade. De um lado, o colonialismo denota uma relação política e econômica de dominação colonial direta de um povo sobre outro. Já a colonialidade se refere a um padrão de poder que não se limita às relações formais de exploração ou dominação colonial, mas envolve também as diversas formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade. Não obstante o colonialismo e a colonialidade se relacionam intimamente, o primeiro é o processo de constituição de uma estrutura de poder que implicou na formação de novas relações sociais intersubjetivas, fundamentalmente a partir de uma classificação étnica dos povos, provocando as bases da sociedade latino-americana como a conhecemos.

A colonialidade nasce das estruturas coloniais de poder e são internalizadas suas bases nas subjetividades, onde constantemente se atualizam. A colonialidade, assim, sobrevive ao colonialismo e se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, a do saber e a do ser (Quijano, 2007). Cada uma destas dimensões diz respeito às relações políticas, às epistemologias e às relações intersubjetivas, respectivamente. A colonialidade do poder foi “proposta por Quijano para nomear o padrão de dominação global que se constitui como a face oculta da modernidade, é a noção central que entrelaça as operações epistemáticas anteriores” (Quintero, Figueira, Elizalde, 2019: 04).

Iniciada com a invasão da América, a colonialidade do poder se aprimora com o fenômeno da interconexão mundial, posteriormente constituído com globalização e com o acirramento do modo de produção capitalista. Tem-se assim a construção um sistema inédito de dominação e de exploração social, no qual há uma dominação cultural que controla a produção e a reprodução de subjetividades, tendo como base os princípios do eurocentrismo e da racionalidade moderna. Por outro lado, há a exploração social pela hegemonia exclusiva do capital. Forma-se assim uma confluência entre a modernidade e o capitalismo, que atinge as outras subjetividades: do saber e do ser (Quijano, 2007).

Com a emancipação política da América Latina no século XIX, teve-se o descolamento político das metrópoles, mas os efeitos do colonialismo ainda se fazem valer. Ou seja, a colonialidade sobrevive ao colonialismo e os principais efeitos da dominação colonial continuaram a ordenar essas sociedades. Embora em cada nação independente os setores brancos fossem uma reduzida minoria do total da população, eles exerceram a dominação e a exploração das maiorias dos povos originários, afrodescendentes e mestiços. Esses grupos majoritários não tiveram acesso ao controle dos meios de produção e foram forçados a subordinar a produção de suas subjetividades à imitação dos modelos culturais europeus. Evitou-se assim uma real democracia e democratização nessas nações.

A partir dos vários braços da colonialidade ainda vigente, articula-se o conjunto de narrativas nacionais que vêm forjando as identidades na América Latina, reproduzindo mecanismos geradores de alteridades e subjetividades subalternas. Estes discursos de identidade e as memórias oficiais ganharam força nas políticas dos governos ditatoriais e nacionalistas do século XX na América Latina, que utilizaram os artifícios vinculados à cultura para a manutenção da colonialidade. A valorização majoritária dos bens culturais dos colonizadores foi a diretriz dos governos, o que levou posteriormente ao debate em prol do reconhecimento de todas as culturas que fazem do ‘brasil, Brasil’, para usar o trocadilho de Roberto da Mata (1984). Se fez necessário um debate profundo com base no pensamento Decolonial para que ampliassem os discurso, as ações e as políticas da maior representatividade e do protagonismo das culturas silenciadas em instituições de memória e cultura.

Desta maneira, a partir da proposta Decolonial há de se abrir as possibilidades de reconstruções de histórias silenciadas, subjetividades reprimidas, linguagens e conhecimentos subalternizados pela ideia de totalidade definida pela racionalidade da modernidade. Para tal, se faz necessária em primeiro lugar a decolonização epistemológica para, em seguida, ser possível uma comunicação intercultural, um intercâmbio de experiências e de significações que formem a base de uma racionalidade nova. Há de se utilizar o pensamento crítico produzido em condições coloniais, se afastando do conhecimento eurocentrado.

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo (...) Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (Quijano, 2005: 9).

Ademais, o pensamento Decolonial destaca a necessidade de estar ciente que as instituições culturais e educacionais estão inseridas em redes de poder hegemônico e que o conhecimento produzido por elas é produto e reproduutor das mesmas relações de poder, e aqui, podemos inserir as instituições museais como órgãos reprodutores das lógicas do poder hegemônico. Neste sentido, além da mudança epistêmica – ou para que se haja esta mudança – há a necessária aproximação com as comunidades e com os movimentos sociais que se movem nas bordas e margens das estruturas de poder (Mignolo, 2007).

Educação museal e pautas decoloniais:
uma relação necessária

Por isso, o Giro Decolonial não se trata apenas de um movimento teórico, mas de uma prática de resistência política à lógica da modernidade/colonialidade. Tanto o pensamento, quanto a atitude são partes fundamentais que se referem à percepção de que as formas de poder da modernidade têm produzido tecnologias de silenciamento, ocultação e morte, afetando de forma significativa diversos segmentos sociais ao longo do tempo (Maldonado-Torres, 2007).

A Museologia em conexão com a Decolonialidade

Apresentada a trajetória da Museologia Social e como um melhor entendimento da Decolonialidade, é assertivo perceber as interconexões entre os dois movimentos.

[Desde] a Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pela Unesco, em 1972, e pela noção de “museu integral”, elaborada em um contexto particular das ditaduras latino-americanas, novas experiências museológicas com viés marcadamente educativo e comunicacional ensaiavam uma virada Decolonial inédita na museologia (Brulon, 2020:16-17).

Aliando com a ampliação das tipologias museais – ecomuseus, museus de vizinhança, pontos de memória e correlatos – a Museologia vai ao encontro do programa da desordem absoluta já propagada por Frantz Fanon na década de 1960, que por sua vez, também aporta a Decolonialidade. Este programa segue a pertinência de destruir a ordem de opressão, de expropriação, de racismo e de exploração em nível global. Sem ser tomada como caos, trata-se da “contestação daquilo que os poderosos chamam de ordem do mundo, um mundo que eles construíram e estão incessantemente fortalecendo, um mundo que eles preferiram imutável” (Vergès, 2023: 18). Tal estrutura foi constituída com base na “filosofia liberal dos direitos e acumulou bens e riquezas à custa do tráfico, da escravidão, da colonização e do capitalismo racial e patriarcal”.

Nesta realidade constituída, os museus como palco institucional de representação cultural reproduziram os preceitos da modernidade de maneira lúdica e educativa. No entanto, o museu, que por muito serviu Estados nacionais, podem e devem hoje servir à sociedade de maneira ampla, tornando-se um museu integrado às comunidades. Assim sendo, ao se propor a decolonização dos museus deve primeiro decolonizar o pensamento museal. Na esteira da já elucidada colonialidade do poder, saber e ser e, entendendo que a episteme na qual a Museologia foi constituída também tem as bases na colonialidade, há de se construir novas estruturas juntamente com as “táticas decoloniais” que objetivam “por nosso imaginário para trabalhar e elaborar instituições que levem em conta as questões que a decolonização apresenta como programa de desordem absoluta” (Vergès, 2023: 245).

Por meio dessa virada epistêmica, se faz possível decolonizar os museus, como por exemplo pela desnaturalização dos canônicos acervos e das coleções contidas nas reservas técnicas. Há de se pensar em outras “materializações possíveis, para além dos regimes normativos que engendraram a Museologia que nos foi legada”. Há de se estruturar museus sem objetos, museus que são pautados nas oralidades, vivências, reivindicações. Há de se “reimaginar os sujeitos dos museus, bem como os corpos passíveis à musealização”. Para isso, há dois caminhos viáveis, sendo o primeiro pautado no não “abandono do dispositivo museu ou sua extinção para as sociedades do presente, mas” em sua “reinterpretação nos contextos tocados pela colonização, visando configurar novos regimes de valor para produzir patrimônios” (Brulon, 2020: 26).

A segunda trajetória seria mais radical, pois edifica-se na ideia do ‘pós-museu’ ou ‘contra museu’, pois não se trata de um reordenamento de uma estrutura, ou de tratar temas como a escravidão e a colonização de outra maneira, ou de repatriamento de objetos roubados. Trata-se de destruir a ordem, a estrutura cunhada no âmago da modernidade, construir “um museu que não se alinha às normas do museu ocidental”. São os movimentos

69

iniciados por comunidades subalternas e minorias, de criação de museus que preservam narrativas, objetos, sons e imagens, memórias e histórias; que reafirmam que as vidas negras, palestinas, indígenas e radicais contam; que transmitem sonhos e lutas; que protegem arquivos objetos e documentos contra o apagamento, a destruição e o roubo (VERGÈS, 2023:42).

Ambas as possibilidades só serão possíveis com a mudança da mentalidade das sociedades, e esta transformação só encontra viabilidade com práticas educativas em prol da Decolonialidade. Por estarmos no campo museal, a mudança se faz valer por meio dos procedimentos de educação museal e patrimonial, no entanto, as ações dependem das políticas públicas que regulam estas práticas. Assim como a constituição do museu moderno, as ações educativas também foram estruturadas a favor da manutenção da colonialidade, por isso as mudanças nas políticas públicas museais e educativas são fundamentais para o Giro Decolonial se fazer acontecer na Museologia. No Brasil, principalmente a partir do século XXI, os governos iniciaram ações contra a estrutura neoliberal e caminharam para ações que visam a maior democratização e democracia das instituições de memória e cultura. Para o entendimento dessa transformação, é importante identificar a trajetória das ações educativas nos museus, bem como as políticas públicas que as aportam.

A trajetória das Políticas Públicas no campo da educação museal: rumo à Decolonialidade dos museus

Os primeiros marcos legais

Políticas Públicas são medidas de apoio desenvolvidas pela administração pública, com objetivo de apoiar e fomentar um dado campo, incluindo operações, princípios, procedimentos jurídicos, administrativos e orçamentários. São constituídas majoritariamente pelas mãos do Estado, no entanto há a possibilidade de ações colaborativas em diálogo com a sociedade civil. Esse caminho foi tomado pelas políticas públicas de educação museal no Brasil, em meio de conflitos e consensos que se fizeram ao longo da história. No entanto, as primeiras ações em prol dos museus se fizeram maciçamente pelas mãos do Estado.

Os primeiros museus em nosso país foram criados na esteira dos planos de expansão colonial: o Museu Real (1818), que mais tarde se tornou o Museu Nacional do Rio de Janeiro (1922), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1871) e o Museu Paulista (1893) (Schwarcz, 2005). As ações nestas instituições estavam em consonância com os projetos eurocêntricos de uma dita civilização, que foram consolidados com o Golpe da República (1889). Fortaleceu-se a ideia de uma nação hegemônica e harmônica, com a valorização dos elementos culturais da elite branca, europeia e católica. A diversidade cultural que envolvia as culturas afro diáspóricas, mestiças, dos povos originários e demais grupos formadores do Brasil foram tomadas apenas na esfera do exótico e colocadas em um patamar inferior (Brulon, 2020).

Educação museal e pautas decoloniais:
uma relação necessária

A esfera conservadora adentra as ações educativas institucionalizadas em 1927, com o surgimento do Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional (SAE) no Museu Nacional, criado por Roquete Pinto. O SAE tinha como objetivo desenvolver práticas educativas em conformidade com a educação escolar. Assim, a parceria entre o Museu Nacional e as escolas foram extremamente aprofundadas e especializadas, configurando como uma dependência das escolas dos serviços prestados pela Seção dedicada à educação. Elas compreenderam o potencial dos museus para o engrandecimento da educação e se beneficiaram da relação ao solicitar os materiais e o apoio oferecidos pelo museu. Em outra medida, os museus focaram na prestação de serviços de assistência às escolas e deixaram de lado as possibilidades de aprendizado próprias. Assim sendo, as atividades nos museus começam a se configurar como atividades extraescolares e/ou como um local de materiais educativos sobre a ciência (Pereira, 2018). Tal prática se manteve na década seguinte por mostrar consonância com o projeto nacionalista de Vargas. Nesse, as políticas públicas educativas voltaram para disseminação de valores e normas sociais em sintonia com os apelos da dita sociedade moderna, a partir dos preceitos do trabalho produtivo e eficiente, que por sua vez pautava-se nas inovações científicas (Vidal, 2000).

Não obstante a importância desta relação entre museu e educação, há de se problematizar a restrição dessa prática, pois tratou-se de ações voltadas fortemente para o atendimento às necessidades do sistema formal de ensino. Mesmo que consolidadas na década de 1930, estas práticas educativas ainda podem ser observadas em museus da atualidade, o que vem movimentando, desde a década de 1990, a 'desescolarização dos museus'. Ou seja, advoga-se por uma não redução dos museus como simples exemplificadores da educação formal ou como um espaço de 'animação cultural' (Lopes, 1991).

Definindo com precisão o tipo de animação cultural que predomina nos museus e identificando suas posições com as de Paulo Freire, esse autor faz corresponder à educação bancária as animações terapêutica e promocional, nas quais a comunicação é feita em um único sentido e nos marcos de um "paternalismo democrático". À educação libertadora corresponderia sua animação conscientizante (Lopes, 1991:1).

Ora, o museu, para se colocar efetivamente a serviço da sociedade, deve apresentar práticas educativas de caráter social mais ampliado, possibilitando a participação dos agentes sociais nessa construção. Tal debate é fomentando quando se tem um setor educativo atuante nas instituições museais, fato este incentivado pelo ICOM.

A influência do ICOM nas políticas públicas brasileiras

No estatuto do ICOM, a educação é definida como finalidade básica, gerando a necessidade do setor educativo em todas as instituições. Neste ponto identifica-se que as ações do Museu Nacional foram de vanguarda, devido a existência do setor de Educação antes da diretriz do ICOM. No entanto, o caminho proposto pelo Conselho é a de relações educativas vinculadas com a comunidade de maneira ampla, e não apenas com as escolas. No vestígio desta assertiva, o ICOM promoveu seminários sobre as práticas educativas dos museus, que por sua vez, direciona a constituição das políticas públicas em museus no Brasil (Soto, 2010).

Dentre os seminários, destacam-se o ‘1º Congresso Nacional de Museus’ em 1957 e o ‘Seminário Regional Latino-Americano da Unesco sobre o Papel Educativo dos Museus’, realizado em 1958 no Rio de Janeiro. Esse propôs a organização diferentes tipos de atividades para exploração das exposições utilizando recursos variados, a promoção de treinamentos de professores, a produção de materiais didáticos, a organização de empréstimo de materiais e visitas guiadas – se faz relevante ressaltar que atualmente este termo está em desuso, sendo melhor utilizar as práticas de mediação (Nunes; Souza, 2023). Apesar dos avanços para o campo museal, a abordagem teórica educacional privilegiada inicialmente no Brasil foi a vertente tecnicista norte americana, aprofundando ainda mais o processo de escolarização da prática educativa nos museus (Seibel-Machado, 2009).

Ademais, como dito, há de se lembrar que nesta época os museus eram tomados como instituições representantes de um projeto de nação na qual a educação estava baseada nos preceitos positivistas e com intuito de refletir o pensamento hegemônico e das elites. O conceito de civilização e de progresso cunhado no final do século XIX pelo viés do colonialismo estava latente, e esses valores eram consolidados por meio da educação bancária, na qual o processo de ensino/aprendizagem não fomenta diálogos problematizadores entre docente/discente (Freire, 2015).

Diante deste cenário, que não era exclusivo do Brasil, como dito, eclodiram movimentos sociais na década de 1960 – com destaque para Maio de 1968 – que questionaram as bases da cultura e de educação. No âmbito dos museus, as problematizações voltaram-se, dentre outras, para a função que os museus deveriam cumprir como meio educativo (Teixeira, 2022). No borbulhar das décadas de 1960/1970, o papel social e educacional dos museus se voltou para debates em prol da acessibilidade e inclusão de diferentes tipos de públicos, para múltiplas maneiras de musealização, para a flexibilização das linguagens utilizadas nos espaços museais e para o aprofundamento das relações com as comunidades próximas (Gruzman; Siqueira, 2007). A Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972) é um dos marcos principais desta nova guinada, delineando uma nova prática social dos museus baseada nos princípios educacionais de Paulo Freire. Assim, o fazer pedagógico passa a ser incorporado dentro do espaço museológico, integrando de maneira efetiva e ampliada as práticas educativas em museus (Soto, 2010).

As políticas públicas após a abertura política no país

Os eventos supracitados serviram como base para as políticas públicas brasileiras constituídas de maneira mais efetiva a partir da década de 1980. Nessa época, houve a abertura política do país, após um longo regime ditatorial civil-militar iniciado com o golpe de 1964, possibilitando debates mais amplos sobre os museus e a educação. As primeiras experiências de políticas públicas específicas de educação museal foram: o Programa Nacional de Museus (1980-1985), o Projeto Interação (1980-1985) e o Programa de Ação Cultural (1980-1985), com projetos e ações que agregaram a formação profissional e a integração entre cultura e educação nas políticas públicas.

Dentre as ações propostas, destaca-se o Projeto Interação, que fomentou a relação continuada entre museus e o ensino formal por meio de atividades colaborativas e a elaboração de apostilas ‘Museu e Educação’ pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), que orienta projetos educativos nos museus e a

Educação museal e pautas decoloniais:
uma relação necessária

instrumentalização de profissionais. Trata-se de um período proveitoso, pois delimitou um caminho de maior participação popular no âmbito cultural, incluindo nas instituições museais. No entanto, a década seguinte tomou o viés neoliberal, provocando uma descontinuidade de políticas públicas.

A década de 1990 foi menos produtiva no que diz respeito às políticas públicas e às ações culturais incentivadas pelo Estado. O que se viu foi um desmonte do aparelho público, com o fim do Ministério da Cultura (MinC) e a priorização do investimento privado na cultura por meio da Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991), conhecida como Lei do Mecenato (IBRAM, 2018:18).

O século XXI se abre com a retomada das políticas públicas em prol da educação museal. Com contributo significativo da entrada de agentes sociais diversos nos quadros governamentais, principalmente advindos dos movimentos sociais, fomentou-se o debate inter burocrático sobre a educação museal e com propostas pontuais de decolonização nos museus (Chuva, 1995). Destaca-se a constituição da Política Nacional de Educação Museal (PNEM) em 2017, do Programa Museu, Memória e Cidadania entre 2000-2003 e da Política Nacional de Museus (PNM) de 2003. Outra ação de suma relevância para o campo educativo foi a constituição da Rede de Educadores de Museus (REM) também em 2003.

[A REM tem] o objetivo de se configurar enquanto fórum de discussão voltado à temática da Educação Museal. Assim, por meio do resgate de programas, projetos e atividades educativas elaboradas em museus brasileiros, foi criado um espaço de discussão que, para além dessas práticas, buscava a construção de um referencial teórico para o campo (IBRAM, 2018:18).

Em 2009, outros marcos se consolidam com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) – Lei nº 11.906 – e a promulgação do Estatuto de Museus – Lei nº 11.904. Com isso, o ‘1º Encontro de Educadores de Museus’ foi organizado em 2010 resultando na Carta de Petrópolis que estabeleceu eixos para a elaboração da Política Nacional de Educação Museal: o plano museológico com claro programa educativo; a definição da missão da área educacional; a definição das bases teóricas da educação museal; a implantação de setores educativos; a elaboração de um programa de formação; a capacitação e qualificação de educadores; o fomento à comunicação; a criação e desenvolvimento de redes; o incentivo à pesquisa com foco na educação em museus; os estudos de público e a avaliação e a acessibilidade (IBRAM, 2010).

Com a base estruturada pela Carta de Petrópolis, o ‘Programa Nacional de Educação Museal’ foi criado em 2012, fomentando os debates que ocorreram por meio de encontros presenciais e virtuais. Em 2017, a PNEM direcionou as práticas educacionais em instituições museológicas e subsidiando a atuação dos educadores. Para tal, formaram-se três eixos temáticos: ‘Gestão’, que trata da organização administrativa e financeira da Educação Museal; ‘Profissionais, Formação e Pesquisa’, que trata do desenvolvimento acadêmico e profissional; e ‘Museus e Sociedade’, que trata das problematizações das relações entre museus, patrimônios e sociedades. Desta maneira, definiram-se no Brasil políticas públicas contundentes, entendendo que a Educação Museal não é uma simples adjetivação de processos educativos ocorridos em instituições museais. Trata-se de uma tipologia educacional que apresenta especificidades teóricas, metodológicas e práticas, que possibilita o desenvolvimento como campo profissional, de pesquisa e de produção de conhecimento (Castro, 2015).

Considerações finais: a educação museal em diálogo com a Decolonialidade

Apresentada a trajetória das políticas públicas envoltas à educação museal e debatida a questão da Decolonialidade no campo das instituições museais e da museologia, retoma-se o novo conceito de museus para travar o diálogo entre educação museal e Decolonialidade de maneira mais contundente.

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e a **serviço da sociedade** que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, **acessíveis e inclusivos**, os museus fomentam a **diversidade** e a sustentabilidade. Com a **participação das comunidades**, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para **educação**, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM, 2022) (destaques da autora).

Como o intuito é ser uma instituição a **serviço da sociedade**, se faz pertinente perguntar: qual sociedade? Por muito o direcionamento dos museus foi para a elite social, seja por meio de ações educativas tecnicistas, seja por exposições nas quais colocavam a maioria da sociedade brasileira no lugar do exótico. Os artefatos culturais dos indígenas, dos povos afro diaspóricos, dos ribeirinhos foram tomados de maneira descontextualizados de suas narrativas e por muito criando ‘verdades científicas’ que os colocava em posição inferior. Os museus eram tidos por “sua neutralidade inquestionável. Ali, as pessoas falam baixo, os diálogos são desinteressados, não há excessos ou intemperança”. No entanto, com a ampliação da participação efetiva dos grupos sociais nos museus, este passou a ser “contestado e questionado” e este é o caminho para se tornar cada vez mais **acessíveis e inclusivos**, fomentando a real **diversidade** nos espaços de cultura e memória (Vergès, 2023:09).

Para isso, desde o início das concepções de ações educativas deve se ter a **participação da comunidade** de maneira efetiva. A inserção de agentes sociais mais diversos, principalmente no século XXI, possibilitou os debates em torno dos acervos e coleções constituídos por meio de espolio colonial e tomados como objetos de curiosidade (Dias, 2013). A revisão das narrativas colonialistas no espaços museais está sendo possível com a mudanças das práticas museológicas de maneira conjunta, desde o processo do colecionamento e documentação até o processo de exposição e educativo. Tendo como base as ações colaborativas e compartilhadas com as comunidades, a cadeia museal se mostra cada vez mais eficaz, o que reflete de maneira contundente com os processos de **educação** nos museus. Há de se pensar que, para se ter um museu Decolonial, os processos internos não podem ser desconexos uns dos outros, pois o pensamento que apoia todas as etapas de musealização, incluído o educativo, devem estar no mesmo tom. Entendendo que a prática educativa nos museus é a forma comunicacional por excelência, há de se ter um holofote na **educação Decolonializada** e assim contribui-se para a decolonização da sociedade.

Educação museal e pautas decoloniais:
uma relação necessária

Referências

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro Decolonial. *Revista brasileira de ciência política*, 2013, p. 89-117 Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?lan> Acesso dia 28 out 2024.

BRULON, Burno Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* vol. 28, 2020. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/155323> Acesso dia 28 out 2024.

CASTRO, Fernanda. Há sentido na educação não formal na perspectiva da Formação Integral? *Museología e Interdisciplinaridade*. vol. IV, n.8, p. 171-184, 2015. <https://www.periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/17166> Acesso dia 28 out 2024.

CHUVA, Márcia. *A invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN. 1995.

DA MATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

ESCOBAR, Arturo. *Más allá del Tercer Mundo. Globalización y diferencia*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e História — Universidad del Cauca, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GRUZMAN, Carla, SIQUEIRA, Vera Helena F. de. O papel educacional do Museu de Ciências: desafios e transformações conceituais. *Arca - Fio Cruz* 2007. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/30907> Acesso dia 30 out. 2024.

ICOM – Conselho Internacional de Museus. Nova Definição de Museu, 2022 Disponível em https://www.icom.org.br/?page_id=2776 Acesso de 30 out. 2024

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. *Carta de Petrópolis: Subsídios para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal*. Petrópolis, RJ: IBRAM, 2010. Disponível em <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-e-documentos/carta-de-petropolis-subsidios-para-a-construcao-de-uma-politica-nacional-de-educacao-museal> Acesso de 30 out. 2024

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília, DF: IBRAM, 2018. Disponível em <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf> Acesso de 30 out. 2024

LOPES, Maria Margaret. A favor da desescolarização dos museus. *Educação e sociedade*, vol. 40, p. 443-455, 1991. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/670708234/A-favor-da-desescolarizacao-dos-museus> Acesso em 30 out. 2024

MALDONADO-TORRES, Nelson Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto In.: CASTRO -GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). *El giro Decolonial. Reflexiones para una diversidade epistémica-más allá del capitalismo global.* Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana / Siglo del Hombre, 2007.

MIGNOLO, Walter. Desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: CASTRO -GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). *El giro Decolonial. Reflexiones para una diversidade epistémica-más allá del capitalismo global.* Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana / Siglo del Hombre, 2007, pp. 93-126.

MOUTINHO, Mário Definição evolutiva de Sociomuseologia *Cadernos de Sociomuseologia - Actas do XII Atelier Internacional do MINOM / Lisboa* vol. 28, nº. 28, 2007 Disponível em <https://ceam2018.org/wp-content/uploads/2018/07/definic3a7c3a3o-evolutiva-de-sociomuseologia.pdf> Acesso dia 28 out. 2024.

NUNES, R. M., e de SOUSA, A. C. M. Mediação da informação e mediação cultural: concepções e entrelaçamentos sob a ótica das apropriações e dos protagonismos social e cultural. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, 16(2), 2023 p. 384-401. Disponível em <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=crawler&jrnl=19835213&A=N=172999006&h=dKa0Ayn5Ex4y5iMpdEMI2d1FilJhpSZn5ux5gg6LRFq%2BCTew7ZbDdkp0kINV11xcE6h0CrOWeC05soM4LUmrpQ%3D%3D&crl=c> Acesso 30 out. 2024.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. *Educação museal. Entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional.* Rio de Janeiro, UNIRIO-MAST, 2010. Disponível em https://www.unirio.br/ppg-pmus/copy_of_marcele_regina_nogueira_pereira.pdf Acessi 30 out. 2024.

PEREIRA, M. R. Museologia Decolonial: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal Tese de Doutoramento. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 55, n. 11, 13 Jun. 2018 Disponível em <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernos-sociomuseologia/article/view/6369> Acesso dia 30 out. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. 2005 Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade> Acesso dia 30 out. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO -GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). *El giro Decolonial. Reflexiones para una diversidade epistémica-más allá del capitalismo global.* Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana / Siglo del Hombre, 2007, pp. 93-126.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. *Uma breve história dos estudos decoloniais.* São Paulo: MASP Afterall, 2019. Disponível em <https://www.academia.edu/download/64673137/Uma%20breve%20historia%20dos%20estudos%20decoloniais.pdf> Acesso dia 30 out. 2024.

Educação museal e pautas decoloniais:
uma relação necessária

SCHWARCZ, Lilia. A “era dos museus de etnografia” no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (Org.) *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte; Brasília: Argumentum CNPq, 2005.

SEIBEL-MACHADO, Maria Iloni O papel do setor educativo nos museus: análise da literatura (1987 a 2006) e a experiência do museu da vida Campinas/SP, 2009. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/31846> Acesso dia 30 out. 2024

SOTO, Moana Campos. *Quem educa no Templo das Musas? Reflexões e Caminhos ao pensar a Formação dos Educadores em Museus*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitectura, Urbanismo, Geografia e Artes, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010. Disponível em https://museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/moana_soto.pdf Acesso dia 30 out. 2024.

TEIXEIRA, Sidélia. Nova Museologia: aspectos históricos e características. *Revista Cadernos do Ceom*, vol. 35, nº. 56, pag. 87-97, 2022. <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/6927>

VERGÈS, Françoise. *Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta* São Paulo: Ubu Editora, 2023.

VARINE, Hugues. Entrevista. In: ROJAS, Roberto (org.). *Os museus no mundo*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Escola nova e processo educativo. 500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 200

Recebido em novembro 2024.

Aprovado em junho 2025.